



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2014/00103**

Brasília, 02 de outubro de 2014.

**Objetivo da reunião:** Implantação do PJe na Justiça Federal

Horário e local: 14h30 - Videoconferência

Assunto: Implantação de sistemas

<b>Participantes</b>	<b>Função/Cargo</b>	<b>Unidade</b>
Misael Guerra Pessoa de Andrade	COORDENADOR	COGEP
Lúcio Melre da Silva	SECRETÁRIO	STI
Walter Rodrigues Ferreira	TÉCNICO JUDICIÁRIO	COGEP
Leonardo Santos Carvalho	ANALISTA JUDICIÁRIO/OFICIAL DE JUSTIÇA AV. FEDERAL	SEMCI
Rubens de Mendonça Canuto Neto	MAGISTRADO	JA-CG
Juiz Federal Paulo Sérgio Domingues (psdoming@trf3.jus.br)	Coordenador do Comitê Gestor do PJe na JF	SJSP
Juiz Federal Antônio Oswaldo Scarpa (antonio.scarpa@trf1.jus.br)	Comitê Gestor	TRF1
Juiz Federal Paulo Paim da Silva (paulosilva@trf4.jus.br)	Comitê Gestor	TRF4
Juiz Federal Alcides Saldanha Lima (alcidesl@jfce.jus.br)	Comitê Gestor	SJCE
Marcos Barbosa Andrade (marcos.barbosa@trf1.jus.br)	Diretor da Secretaria de TI	TRF1
Alexandre Amaral (alexandre.amaral@trf1.jus.br)	Diretor da Secretaria Judiciária	TRF1
Yuri Oliveira de Andrade Freitas (Yuri@trf1.jus.br)	Gerente do Projeto PJe	TRF1

Valdyr Jeronymo (vjeronym@trf3.jus.br)	Diretor da Secretaria Judiciária	TRF3
Ricardo Antônio Câmara da Silva (racsilva@trf3.jus.br)	Subcomissão de Desenvolvimento de TI	TRF3
Jairo Ladislau da Silva Pimentel (jairoladislau@jfce.jus.br)	Subcomissão de Desenvolvimento de TI	SJCE

<p><b>Pauta</b></p> <p><b>1. Provimento n. 14 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal</b></p> <p>O Provimento n. 14 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal determina o prazo de 90 dias para a adoção do processo eletrônico na tramitação das execuções penais e seus incidentes no âmbito das corregedorias das penitenciárias federais. O comitê considerou o prazo muito exíguo. O Dr. Rubens Canuto informa que na última reunião do Fórum de Corregedores o assunto foi colocado em pauta com deliberação de que o prazo será contado a partir da implantação do PJe.</p> <p><b>2. Demandas impeditivas do PJe</b></p> <p>Leonardo informa que todas as demandas consideradas impeditivas pela subcomissão de parametrização estão sendo desenvolvidas pela equipe técnica do CNJ. Dentre estas, o TRF1 priorizou algumas que já foram entregues e estão em fase de homologação. O prazo para entrega de todas as demandas é dia 15 de outubro.</p> <p><b>3. Contrato de fábrica de software</b></p> <p>Dr. Paulo Sérgio informa que a solicitação para uso dos contratos de fábrica de software aprovada na última reunião foi autorizada pelo Comitê Gestor Nacional (CNJ). Caberá apenas acertar os detalhes para garantir a confidencialidade dos códigos fontes. O teor da deliberação será encaminhado em breve pelo CNJ a este CG.</p> <p><b>4. Nova versão do PJe 1.7.0 - segurança do sistema</b></p> <p>Leonardo informa que a nova versão do PJe (1.7.0) permite o acesso ao sistema por parte dos advogados com uso de usuário e senha, sem a necessidade de certificação digital. Valdyr solicita esclarecimento se esta nova versão comprometeu a segurança do sistema. Melre concorda que seja feita consulta ao CNJ sobre o tema, mas esclarece que não vê nenhuma possibilidade de tal implantação ter comprometido a segurança do acesso ao sistema, considerando que esta foi uma preocupação que ocasionou uma maior complexidade e demora para a liberação da versão.</p> <p><b>5. Situação da implantação do PJe no TRF1</b></p> <p>Dr. Paulo Sérgio recomenda ao TRF1 que divulgue a implantação do PJe no seu portal de internet de acordo com as especificações determinadas na resolução 185 do CNJ. Marcos Barbosa informa que o Comitê Regional do TRF1 divulgou a implantação por meio de site na internet e de ofícios encaminhados à OAB e à PGR. Dr. Oswaldo Scarpa informa que a implantação do PJe foi divulgada com marco referencial de dezembro de 2014. A data de implantação ficou estabelecida em 1º de dezembro de 2014.</p> <p><b>6. Situação da implantação na 3ª região</b></p>
--

Valdyr informa que aguardava definição do cronograma do TRF1 para adequar o cronograma do TRF3 a fim de maximizar a oferta de instrutores para o projeto. O TRF3 vai reunir o Comitê Regional para alteração e redefinição do cronograma. Ricardo informa que está instalando a versão 1.7.0 no ambiente do tribunal. Marcos Barbosa informa que o cronograma detalhado de implantação do PJe no TRF1 foi encaminhado ao CNJ e ao CJF em julho/2014, estando ratificada a data de início da operação no segundo grau e na SJDF dia 1º/12/2014.

#### **7. Teste do MNI entre TRF4 e CJF**

Theo (TRF4) informa que os testes progrediram e no momento estudam qual a melhor forma de transmitir a assinatura dos documentos. Informa também que aguarda resposta do CJF sobre algumas questões técnicas.

Melre informar que irá levantar as informações solicitadas.

Theo informa que a tabela de documentos da TNU não é suficiente para abarcar todos os documentos do sistema em uso no TRF4.

Misael solicita ao TRF4 o envio da tabela para iniciar um estudo em conjunto com os TRFs e desenvolver uma tabela suficiente para abarcar todo os assuntos.

#### **8. Próxima reunião do CGJF-PJe**

A próxima reunião do Comitê será no dia 23 de outubro 2014 - às 14h30, por meio de videoconferência.

<b>Ref.</b>	<b>Próximas Ações</b>	<b>Responsável</b>	<b>Data Prevista</b>
7.1	Marcar reunião da Comissão Técnica de Negócio para definir a tabela de tipos de documentos a ser utilizada pelo MNI	SDI	21/10/2014
7.2	Resolver questão acerca da forma de envelopamento dos documentos e assinaturas digitais para o MNI	STI	21/10/2014

MISAEEL GUERRA PESSOA DE ANDRADE

COORDENADOR

SDI - COORDENADORIA DE GESTÃO POR PROCESSOS

<i>Classif. documental</i>	40.07.01.01
----------------------------	-------------